

Quebrando o encanto

Ignacio de Aragão

A legislatura de 91 estava começando com o pé direito, aparentemente em condições de reverter o julgamento pouco positivo da opinião pública sobre a que a antecedeu. Como se sabe, um país é o retrato do Congresso que ele tem; se este é omisso, preguiçoso, negligente, fisiológico e incapaz, como se mostrou o que foi substituído em fevereiro, a gente nada tem que esperar.

Aberta a nova Sessão Legislativa, o Executivo começou a aproximar-se dos deputados e senadores e estes também começaram a freqüentar aquele. O ministro Passarinho reformulou, com sucesso e competência, as regras de relacionamento, tanto que nunca, antes, parlamentares e executivos conversaram tanto. Até a ministra Zélia, sempre esquiva e retraída, adotou o diálogo como nova forma de comportamento, surpreendendo a todos. Seus assessores foram à Câmara, discutir duas medidas provisórias, com pleno êxito. Pela primeira vez, Executivo e Legislativo uniram-se em torno de uma mesa, para dar contornos de conciliação a uma proposta de texto legal, de molde a que a redação ajustada saísse escoimada dos efeitos apontados pelas partes e em condições de ser votada no plenário sem maiores indagações ou dificuldades. E assim é que deveria ser. Na verdade, cada casa do Congresso deveria organizar um conselho de líderes de todos os partidos, cada um com tantos votos quantos fossem os integrantes de sua bancada, para discutir, previamente, com os representantes do Executivo, as moções fundamentais que o Planalto remetesse ao Congresso. O que

resultasse desse simpósio, aceito pelos representantes dos dois Poderes, seria a proposta submetida a plenário. E, quando uma bancada não acompanhasse o seu líder, o fato significaria um "voto de desconfiança", destituindo-o e elegendo outro.

Entretanto, quando esse namoro parecia que estava ficando "do gosto" do povo, eis que o ilustre deputado gaúcho Nelson Jobim vem quebrar o encanto, com um projeto para limitar o poder do Executivo de baixar "medidas provisórias". Poderia ter deixado para mais tarde, quando as amizades estivessem se consolidando e se reforçasse a confiança recíproca. Estou escrevendo antes de saber como a Câmara reagiu à proposta do gaúcho. Mas se fez o jogo dele e do PMDB conseguiu fazer a água do rio correr ao contrário. A hora é de confraternização e não de confrontação.

Mesmo porque não se pode dizer, honestamente, que tenha havido abuso de medidas provisórias na legislatura passada. Todos se lembram, nesta não gostavam de trabalhar. Das 148 medidas enviadas, só a metade foi apreciada nos 30 dias constitucionais, apenas 26 aprovadas, oito derrubadas. O resto o vento levou. Para administrar o País, o Presidente teria que dar a volta por cima, não tinha outra escapatória. Se o atual Legislativo for atuante e produtivo, um e outro Poder se entendendo previamente, ambos lucrariam e as exceções não serão necessárias. O que não se deve, portanto, é ajuntar mais lenha à fogueira.